



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

VAGNER DE LIMA BONFIM

**A EVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E NO
MUNDO**

ARIQUEMES-RO

2011

Vagner de Lima Bonfim

**A EVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E NO
MUNDO**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Licenciatura em Química, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Química.

Prof^a. Orientadora: Ms. Nathália Vieira Barbosa.

Ariquemes – RO

2011

Vagner de Lima Bonfim

**A EVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E NO MUNDO**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Licenciatura em Química da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial a obtenção do título de Licenciado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Orientadora Ms. Nathália Vieira Barbosa
FAEMA- Faculdade de Educação e meio Ambiente

Profª. Ms. Filomena M. M Brondani
FAEMA- Faculdade de Educação e meio Ambiente

Profª. Esp. Célia Alencar da Silva
FAEMA- Faculdade de Educação e meio Ambiente

Ariquemes, 04 de julho de 2011.

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu pai adotivo que me criaram com todo amor e carinho que um filho pode sonhar que é meu alicerce, meu espelho e incondicionalmente confiaram e acreditaram na minha capacidade. A vocês, que é meu norte quando estou na escuridão ou na tempestade que possamos enfrentar durante a vida. Amo vocês!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido essa oportunidade e assim poder concretizar esse sonho, a minha eterna namorada que sempre teve paciência nos momentos difíceis durante essa caminhada.

Aos meus amigos mais que irmãos, que foram a família necessária nas horas de dificuldades dessa graduação.

Aos meus professores que são nossos guias no caminho do conhecimento.

RESUMO

Ao longo do tempo o homem fez da educação uma importante ferramenta na difusão do conhecimento. O desenvolvimento da sociedade moderna muito se deve à democratização do saber proporcionado pelos sistemas de educação. Porém, a evolução da educação não tem contemplado satisfatoriamente as pessoas que possuem deficiência auditiva. A história da educação especial dedicada ao surdo apresenta uma série de dificuldades no processo de construção de métodos de ensino que consigam oferecer as mesmas condições que são garantidas aos alunos considerados “normais”. A educação é capaz de favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas e psicomotoras, neste trabalho pode-se perceber que esse desenvolvimento não tem sido garantido aos alunos surdos. As tentativas de tirar os surdos do isolamento social e trazê-los para o meio da sociedade tem se mostrado muito lentas, embora sejam visíveis ações que promovam o desenvolvimento pleno da educação de surdos no Brasil nessas últimas décadas. A inclusão social e cultural pode dar voz aos deficientes auditivos e proporcionar a oportunidade de se integrarem à sociedade, expressando seus conhecimentos e absorvendo novas experiências sobre a diversidade cultural que existe no Brasil.

Palavras-chave: Educação de surdos, História, Língua Brasileira de Sinais.

ABSTRACT

Along time the man did of the education an important tool in the knowledge diffusion. The development of the modern society is very due to the democratization of the know how to provided by the education systems. However, the education evolution has not been contemplating satisfactorily people who own hearing deficiency. The education history dedicated special to the deaf presents a series of difficulties in methods construction process of teaching that manage to offer the same terms that are guaranteed to the normal considered students. The education is able to favor the development of the cognitive abilities and psychomotor, in this work can realize that that development has not been being guaranteed to the deaf students. The attempts to take the deaf of the social isolation and to bring the hearing deficient for the middle of the social has if shown very slow, although they are visible actions that promote the full development of the education of deaf in Brazil on the last decades. The social and cultural inclusion can give voice to the hearing deficient and to provide the opportunity of if they integrate the society, expressing their knowledge and absorbing new experiences on the cultural diversity that there is in Brazil.

Keywords: Education of deaf, History, Brazilian Sign Language.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
AAMR	Associação Americana sobre Retardamento Mental
INSM	Instituto Nacional de Surdos-Mudos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 METODOLOGIA	12
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
4.1 SURDEZ.....	13
4.2 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA EUROPA E ESTADOS UNIDOS.....	14
4.3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA	17
4.4 A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA	19
4.5 A EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	25
4.5.1 Cultura dos Surdos.....	25
4.5.2 Métodos Usados no Ensino de Surdos	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

A surdez é definida como a diminuição da capacidade normal de ouvir os sons. A educação especial é de difícil compreensão por parte da maioria dos educadores, que nem sempre estão preparados para trabalhar com essa clientela e por isso parecem estar distante de sua realidade vivida no cotidiano das escolas, e para tentar entender melhor este tipo de educação, faz-se um retrospecto da história da educação no Brasil. Se partir do pressuposto que o trabalho se torna fácil quando o professor possui qualificação específica e trabalha com conteúdo programático elaborado, ele conseguirá expor em suas aulas uma didática que garanta o aprendizado dos alunos desenvolvendo uma relação de afeição entre o professor e o aluno, assim, será possível criar um elo entre o conteúdo e a vida cotidiana dos mesmos. A qualificação específica na área em que se desenvolve um trabalho oferece suporte técnico e estrutura para o desenvolvimento de aulas com a apropriação do conhecimento e vontade de mudar o processo de ensino-aprendizagem que se tem nos dias de hoje, fazendo uma revolução no cenário difícil em que se encontra a educação. (EADCON, 2010).

O princípio da Inclusão Escolar é a certeza de que todos têm o direito de pertencer, que as diferenças existem para serem compreendidas e aceitas. Como seres humanos, a solidariedade deve ser um diferencial, fundamental para construção de uma sociedade com qualidade de vida para todos respeitando suas necessidades e limitações. (PAROLIN, 2006).

A educação é uma importante ferramenta no processo de inclusão social. Os cidadãos que possuem necessidades especiais são dependentes da escolarização para garantir o exercício da cidadania. Partindo do interesse em conhecer a história e a cultura dos surdos, que por muito tempo foram marginalizados por membros da sociedade que se consideram “perfeitos”, este trabalho assume o desafio de apresentar um histórico que aponte a maneira com que estas pessoas têm sido tratadas pelo sistema de educação do país. (QUADROS, 2007).

Revedo as declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, em suas normas sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas

com deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo, organizou-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Salamanca, Espanha, em junho de 1994. Nesta conferência estabeleceu-se uma declaração, como: conceitos “inclusão” e “escola inclusiva”, consagrando os direitos à educação respeitando as diferenças e sugerindo que nenhum tipo de exclusão será permitido dentro do sistema de ensino. A Declaração de Salamanca destaca ainda que: A preparação adequada de todo profissional da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas. (BRASIL, 1994).

Considerando o ensino público no Brasil, torna-se complexa a oferta do ensino de qualidade para os alunos surdos. Estes alunos enfrentam um cenário muito difícil, pois dos alunos que ingressam no ensino superior apenas 0,13% tem algum tipo de deficiência. É injusto pensar em igualdade de acesso à universidade, quando um aluno formado pelo sistema de educação pública tem que concorrer a uma vaga para um curso de graduação com os alunos formados pelas escolas privadas. Historicamente, a grande massa da população trabalhadora teve dificuldade de acesso ao ensino de qualidade, que dê subsídios para a igualdade e oportunidade de acesso ao ensino superior. (GARBE, 2008).

Há um desnivelamento entre escolas públicas e privadas em várias regiões do país, nesse contexto de desigualdade histórica a educação é definida pelo poder econômico e político de uma região. Os alunos necessitam vencer a batalha da ineficiência do sistema público de educação, para conseguir se apropriar da cultura letrada exigida no ensino superior. Portanto, percebe-se que o aluno da rede pública de ensino tem que percorrer um caminho infinitamente mais longo do que o da escola privada, e se este aluno possuir uma necessidade educativa especial, como os surdos, suas condições passam de um estágio difícil para um estágio “quase impossível”. (SAMPAIO, 2009).

Ainda segundo Sampaio (2009), no Brasil as universidades federais se dividem em duas, uma para a classe economicamente favorecida e outra para

os desfavorecidos. Os cursos de primeiro nível (medicina, engenharia civil, direito, entre outros) se tornaram quase que propriedade exclusiva da classe dominante, enquanto que os cursos de licenciatura tendem a ser disputados quase que exclusivamente pela classe menos favorecida. Os surdos necessitam da intervenção dos governantes que tem o dever de garantir políticas de inclusão social a partir de um sistema de educação que permita seu acesso à universidade e seu direito de exercer sua cidadania, porém, o sistema educacional vigente continua a dificultar o seu caminho.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Relatar o início da evolução e o desenvolvimento da educação de surdos num contexto inclusivo no Brasil e no mundo a partir do século XVI.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar as primeiras ações para que resultassem na educação de surdos na Europa e nos Estados Unidos;
- Fazer uma abordagem sobre a educação de surdos no Brasil;
- Estabelecer a relação entre a cultura surda e a escolarização.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado utilizando as literaturas referentes à história da educação de surdos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos da América desde o século XVI até os dias atuais. A utilização destas bases literárias apresenta os métodos e as políticas adotadas pelo sistema de educação em diferentes períodos da história.

Foi realizada uma pesquisa literária, realizando um levantamento sobre o desenvolvimento da educação de surdos no Brasil, começando pela Europa, os métodos de ensino que surgiram ao longo dessa história. Foram pesquisados em artigos, livros, sites e revistas para construir uma linha cronológica da história da educação de surdos e apresentar a evolução dos processos de ensino usados na educação especial.

A junção das pesquisas realizadas sobre o tema, as leis que fundamentaram e que atualmente norteiam a educação de surdos, os livros publicados direcionados a ela com as informações levantadas nos sites que trabalham com a educação de surdos, que propõe uma reflexão sobre o tratamento oferecido na educação dos surdos e os avanços conquistados até hoje.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 SURDEZ

É considerado surdo o indivíduo cuja audição não seja comum às atividades do cotidiano e parcialmente surdo, aquele que tiver uma audição funcional, independentemente do uso de prótese auditiva. (EADCON, 2010).

Estima-se que pelo menos uma, em cada mil crianças, nasce profundamente surda (tipo A), é a perda auditiva que se dá antes ou durante o nascimento, chamada de perda auditiva congênita, outras (chamadas tipo B), são as que ocorrem após o nascimento. Esses problemas auditivos desenvolvidos ao longo da vida, resultantes de diferentes causas é chamada perda auditiva adquirida. Para as crianças, a classificação quanto ao grau de surdez de acordo com Northern e Downs é: audição normal 0 a 15 dB; perda discreta 16 a 25 dB; perda leve 26 a 40 dB; perda moderada 41 a 70 dB; perda severa 71 a 90 dB; perda profunda acima de 91 dB. (OLIVEIRA, 2002).

A pessoa que era usuária da língua oral auditiva, mesmo não a tendo perdido como um todo terá a necessidade de se adaptar à nova maneira de se comunicar e compreender outras pessoas. Se essa pessoa não consegue estabelecer de nenhuma forma a comunicação oral, então será ainda mais difícil, pois passará por um processo de reabilitação para aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, posteriormente, ingressar em uma comunidade de surdos. O diagnóstico preciso da causa da deficiência auditiva é de suma importância, tanto para sua prevenção como para a adequação dos métodos fonoaudiológicos e educacionais que deverão ser utilizados na reabilitação e/ou na habilitação de uma pessoa com deficiência auditiva, ou seja, o processo de (re) habilitação de uma criança. (ISAAC, 2005).

Diante da realidade que de 0,2 a 0,6 % dos recém-nascidos apresentam algum tipo de perda auditiva, o teste da orelhinha é um dos melhores métodos de diagnóstico da surdez precoce, pois todo bebê está submetido a apresentar possíveis problemas auditivos. O registro das emissões otoacústicas (EOAs) é um exame realizado para a detecção de alterações. Devido a isso, a triagem auditiva neonatal universal (teste da

orelhinha) deve fazer parte da rotina e exames de todas as maternidades, pois a detecção precoce da deficiência auditiva ainda é a melhor maneira de se garantir à criança surda a oportunidade de ter uma linguagem mais próxima da realidade. Quando a deficiência auditiva é detectada após os dois anos de vida, a criança tem um grande prejuízo cultural e lingüístico, na fase mais importante de desenvolvimento da linguagem, não só para se comunicar, mas na relação familiar, já que na maioria dos casos a criança surda vive num meio de ouvintes. (ISAAC, 2005).

4.2 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA EUROPA E ESTADOS UNIDOS

Juan Pablo Bonet, educador espanhol, pioneiro na educação de surdos, ajudou a desenvolver um dos métodos mais antigos e bem sucedidos nesta educação melhorando a habilidade verbal e não verbal de comunicação. Em 1620 citou a “Redução das letras e a arte de ensinar a falar os mudos”, com base no método utilizado pelo monge Ponce de León, acrescentando o uso da leitura, do alfabeto manual e da manipulação dos órgãos fonoarticulatórios.

No século XVI Pedro Ponce de León monge espanhol, ensinava seus alunos a falar, ler, escrever, orar e confessar-se por meio das palavras a fim de ser reconhecidos como pessoas nos termos da lei e herdar títulos, pois nesta época a pessoa que era surda não tinha direito a receber ou deixar herança. (EADCON, 2010).

Em 1648, o médico inglês John Bulwer publicou o livro *Philocorpus*, John Bulwer defendeu a teoria que a língua de sinais seria capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral, complementando ainda que a língua de sinais devesse ser usada como um mecanismo relevante na educação e desenvolvimento pleno e intelectual, o surdo deveria primeiro aprender a ler e a escrever e depois sim, aprender a falar. (LIMA, 2004).

Outros estudiosos interessados na educação de surdos foram William Holder (1650), John Wallis que utilizavam a palavra escrita como meio de instrução para os surdos. George Delgarno (1626-1687) chegou à conclusão de que a pessoa surda, tendo a mesma igualdade de acesso à educação, tem o mesmo potencial que a pessoa ouvinte e poderia alcançar níveis

semelhantes de desenvolvimento e aprendizagem. Em meados do século XVI, o médico italiano Girolano Cardano propôs a possibilidade de ensino dos surdos, baseado em seu interesse nos estudos do ouvido, nariz e cérebro, mas mesmo tendo um filho surdo, não chegou a pôr em prática seu método. (MEIRELES, [20--?]).

As diferentes metodologias dariam chance de a sociedade conhecer e compartilhar o pensamento dos surdos, adquirirem conhecimento e de se comunicarem com os ouvintes, a sociedade passa a ter acesso à cultura surda e suas diferenças. Com essa interação cultural e disseminação da idéia de que os surdos são capazes de se desenvolver plenamente, que se pode conviver com as diferenças, vários ouvintes começam a se interessar em ensinar os surdos. Uma vez que o surdo não compreendia a língua falada, poderia lê-la com os olhos, correlacionando a escrita com os conceitos de modo direto, sem utilizar a fala. (EADCON, 2010).

No século XVII, começam as conquistas dos deficientes auditivos, tendo muitos estudiosos defendendo a educação dos surdos e sua inserção no sistema educacional. Em 1704, Wilhelm Keger utilizava a escrita, a fala e os gestos para educar seus alunos. Ao contrário de Keger, o espanhol Jacob Rodrigues Pereire, seguidor de Bonet, utilizava-se exclusivamente da fala e proibia os gestos durante suas aulas, incentivava seus alunos a manipular o aparelho fonador, sendo a oralização, o seu principal objetivo. (LACERDA, [20--?]).

No início do século XIX, o médico Jean Marc Itard (1774-1838) desenvolveu as primeiras tentativas de educar uma criança surda, com doze anos de idade, chamada Victor, mais conhecida como o “Selvagem de Aveyron” e foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes. Itard contestou o diagnóstico de idiotia, que o menino havia recebido do mais célebre psiquiatra da época (Pinet), pois estava certo de que a inteligência de seu aluno era educável. (ROCHA, 2007).

O médico Edward Seguin (1812-1880), que, seguindo os passos de Itard, criou o método fisiológico de treinamento que estimulava o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais, não se atentou apenas ao uso de métodos teóricos, mas desenvolveu estudos voltados para serviços da clientela

com necessidades especiais, fundando em 1837, uma escola para idiotas, atualmente conhecida como Associação Americana sobre Retardamento Mental (AAMR). (MIRANDA, 2008).

Ainda segundo Miranda (2008), Maria Montessori (1870-1956) foi uma importante educadora que contribuiu muito com a educação especial. Influenciada por Itard, desenvolveu um programa de treinamento para crianças especiais, baseado no uso sistemático e manipulação de objetos concretos. As metodologias desenvolvidas por esses estudiosos foram com o intuito de uma cura ou melhora no quadro clínico das deficiências através da educação.

Em 1750, Charles Michel de L'Épée (1712-1789) foi considerado o criador da língua de sinais, reconheceu que os gestos deveriam ser considerados como língua mas sem gramática. Fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris em 1760. L'Épée se destacou por socializar seus métodos, pesquisas e práticas, rompeu a tradição das práticas secretas, estabeleceu programas de ensino-treinamento para atender estrangeiros que se preocupassem em ministrar seus métodos em seus países, não limitou-se em trabalhar individualmente com alguns surdos ricos, trabalhando também com surdos pobres que moravam nas ruas, aprendendo a comunicar-se com eles e a estudar os sinais para depois desenvolver o método que ajudaria muitos surdos da região. (LACERDA, [20--?]).

Nos Estados Unidos, Gallaudet College e Clerc fundaram a primeira escola de surdos em Washington, o *American Asylum for the Education*, e em 1860, o método oral começou a ganhar forças. Clerc foi aluno de L'Épée e sabia muito bem o método utilizado pelo seu orientador, assim, Gallaudet (norte americano) vai à França e convida Clerc a fundar a escola para surdos na América do Norte. (GARCIA, 2009).

Segundo Garcia (2009), em 1880 acontece o Congresso Internacional de Professores de Surdos em Milão na Itália. Assim como a França e outros países da Europa, o Brasil deixou de usar a língua de sinais em consequência do Congresso de Milão, nesse acontecimento foi votado sobre que método iria se utilizar no sistema educacional, onde considerou que o uso simultâneo da fala e dos gestos mímicos tinham a desvantagem de impedir o desenvolvimento da fala, da leitura labial e da precisão das idéias e declarou que o método oral puro deveria ser preferido de forma definitiva e oficial. O

oralismo venceu e os surdos foram excluídos da votação que definiu tal método. Dos 164 representantes, apenas cinco, dos Estados Unidos, não votaram a favor do oralismo. Este método ficou até o ano de 1970 sendo utilizado por quase toda Europa e as criações de associações de surdos surgiram depois que a oralidade foi imposta nas escolas. (SKLIAR, 1998).

Observa-se que as políticas educacionais dedicadas aos surdos em sua maioria não levavam em consideração as opiniões dos próprios surdos, pois eram os ouvintes que decidiam o que era importante nos processos de ensino-aprendizagem. Os métodos eram elaborados na visão que os ouvintes tinham das necessidades dos surdos, as competências da educação nas esferas de ensino também seguiam esta visão. Restava aos surdos o papel de agentes passivos do conhecimento e dos métodos de ensino.

4.3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

No Brasil Colônia, a educação se deu como privilégio para poucos. Ficava restrito aos membros da classe dominante que era constituída por donos de terras e senhores de engenho, os filhos destes eram instruídos à leitura e bacharelados, salvo o primogênito que recebia uma mínima instrução para proporcionar um bom comando dos negócios da família, segregando as mulheres aos cuidados com a casa e filhos. A educação jesuíta tinha como base catequizar as populações indígenas e filhos de imigrantes portugueses que se instalaram na colônia, com o intuito de doutriná-los através da fé cristã, já que os jesuítas acreditavam na divisão de classes por obra meritória de Deus. (ARANHA, 2006).

Com a descentralização da educação dos jesuítas, o ensino começou a se difundir na sociedade da época alcançado pelos filhos de brancos europeus comerciantes e membros da sociedade, nesse contexto o grau de letramento já se refletia na posição do indivíduo na sociedade. A expulsão dos jesuítas do Brasil e das colônias de Portugal pelo marquês de Pombal em 1759, voltou a dificultar a continuação da educação no Brasil. (ROMANELI, 2010).

A vinda do príncipe D. João VI em 1808, trouxe o desenvolvimento da educação e ensino superior para o Brasil Colônia, tornando assim possível a

criação de escolas de ensino superior que visavam à formação profissional. Nessa época, foram oferecidos cursos no sentido de formação cultural. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009). A educação de surdos ainda não estava em evidência no contexto educacional do Brasil Colônia, mas em países da Europa, os primeiros professores de surdos surgiram no século XVI, especialmente na Espanha, França, Alemanha e Inglaterra. (MIRANDA, 2008).

A primeira Lei Geral sobre Instrução Primária no Brasil Império, data de 15 de novembro de 1827 e em seu artigo 1º diz: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. (ROCHA, 2007, p.23).

Os espaços usados para o ensino eram as residências, sendo um aluno instruído de cada vez, ocasionando muitas dispersões entre os alunos. Com a promulgação da Lei Geral sobre instrução primária que estabelecia o ensino mútuo, o método Lancasteriano foi sendo adotado de forma progressiva. Esse método de ensino mútuo, estímulo de comunicação entre os alunos, era uma peculiaridade comunicativa dos surdos. (EADCON, 2010).

Segundo Eadcon (2010), quando se olha para a história da educação especial no Brasil, se vê a diferença nas características da evolução do atendimento educacional aos surdos, se comparado com os países europeus e norte-americanos, pois a fase de exclusão nesses países se dá até o século XVII, enquanto no Brasil é estendida até 1850.

No Brasil, em 1855, a chegada do francês Ernest Huent marcaria a história da educação de surdos no país. Em 26 de setembro de 1857 sob Lei nº. 839, fundou-se o primeiro Instituto Nacional de Surdos - Mudos (INSM) com autorização do Imperador D. Pedro II, esta escola teve como professor o surdo Ernest Huent. Foi a primeira iniciativa de educar essa clientela no Brasil, mas apenas 17 alunos surdos eram atendidos. (ROCHA, 2007).

Em 1876, D. Pedro II visitou os Estados Unidos onde foi convidado para visitar o Gallaudet College e conheceu o trabalho com os surdos. (GARCIA, 2009).

Com a divisão das competências na educação em todas as esferas de poder no império, o príncipe D. João deliberou de forma que a união controlava o ensino superior, o ensino secundário do distrito federal e os estados, o ensino primário e secundário. Essa autonomia dos estados em conduzir seus sistemas

de ensino, causou uma disparidade preocupante e desastrosa para a educação. Os estados que detinham o maior poder político e econômico desenvolviam a educação de acordo com sua economia e poder financeiro, enquanto os menos favorecidos e mais pobres sofriam com o déficit cada vez mais alto na educação. (ARANHA, 2006).

Os filhos de comerciantes e imigrantes vindos da Europa, que começavam a formar a burguesia, enxergavam na instrução, o passaporte para a ascensão social e oportunidade de emprego nas fábricas que começavam a se instalar no país, que exigiam um mínimo de conhecimento e leitura de seus funcionários. (ROMANELLI, 2010).

Ainda segundo Romanelli (2010), a transição de um país aristocrático e escravagista começava a dar lugar ao desenvolvimento industrial que procurava por ensino nas cidades. A migração do campo para as cidades, influenciada pelo conceito de que o ensino daria oportunidade de ascensão social, fez a oferta ficar menor que a disponibilidade, pois até então, esse privilégio era somente dos ricos e assim, o governo se viu pressionado pela grande massa de trabalhadores a desenvolver ações de oferta para todos no sistema de ensino. A educação dos surdos também estava em evidência, onde o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi evidenciado na imprensa, o Jornal do Comércio publicou uma longa matéria em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por Cândido Jucá, apresentando ao ministro Epitácio Pessoa e ao Presidente da República Campos Sales a evolução do aluno Laurindo, que recitou Casemiro de Abreu, lendo nos lábios do professor, e Sílvio (aluno) recitou pensamentos em alemão, inglês, italiano e latim. (ROCHA, 2007).

4.4 A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

“... Durante toda a Primeira República (1889-1930), as educações primárias e médias continuaram sendo responsabilidade dos governos local e estadual, e somente cerca de 25% da população, no máximo, era alfabetizada”. (SCHWARTZMAN, [20--?]).

Em 1907, o Dr. Custódio Ferreira Martins assumiu a direção do INES, sendo sua maior obra a construção do prédio, com a criação de uma ala feminina, pois algumas meninas freqüentavam o instituto ilegalmente para assistir as aulas do professor Saul Borges, levando o diretor a fazer um pedido formal de desculpas ao ministro. (ROCHA, 2007). A partir da década de 1930, o processo de industrialização em plena expansão contribuiu para a urbanização e o crescimento demográfico das cidades. Com o desenvolvimento das indústrias, a renda aumentou e com isso o interesse em ascensão social mediante escolarização. Um dos maiores desafios para o índice grotesco de analfabetismo constatados antes da revolução na década de 1930, era a falta de necessidade de qualificação profissional pelo histórico de produção rural em âmbito familiar. (ROMANELLI, 2010).

A responsabilidade com a educação foi uma das prioridades do governo de Getúlio Vargas, criando o primeiro Ministério da Educação e Saúde Pública. Nessa época é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação, que contribuiria com as prioridades da educação no governo que se iniciava. Durante a revolução de 1930, conhecida também como era Vargas, a educação dualista sofreu pressões para um modelo novo, que refletisse o novo momento que o país vivia, pois a ordem social existente até aquele momento não tinha mais coerência. (MINOZZI JÚNIOR, [20--?]).

O velho conceito da educação primária que estava condicionalmente imposta à classe operária, significava a mão de obra efetiva (curso técnico), o ensino secundário, sendo a base para o ensino superior, estava disponível somente aos filhos de donos de terras e senhores de engenho, não era mais compatível com a realidade social alcançada por uma classe até então desconhecida no conceito ruralista, a burguesia. A burguesia emergiu da classe operária, de imigrantes vindos da Europa, comerciantes que com o crescimento populacional das cidades expandiram seus negócios e conquistaram uma posição de destaque na sociedade, almejando um futuro social melhor para seus filhos. Por isso, os burgueses eram conscientes de que a inclusão no ensino superior era a melhor maneira para isso e começam assim pressões por um sistema de ensino que atendesse também a uma classe em plena ascensão social, de muita importância e influência na política local. Diante desse contexto, o governo não tinha como resolver um problema

que se arrastava desde a década de 1920, a solução foi aderir ao supletivo que atingiria a população alvo que estava totalmente fora de sua idade regular de ensino normal, para a população com mais de 15 anos de idade. Nesse contexto, com o intuito de diminuir o analfabetismo, o governo alcança seus objetivos, mas esse êxito tem um preço alto, pois o atendimento alcança apenas um mínimo de qualidade. (ARANHA, 2006).

Romanelli (2010) destaca que tomando por base o ano de 1940, pode verificar-se que enquanto a população de 15 anos cresceu em números absolutos, em mais de 33.897.000 pessoas, ou seja, na ordem de 143,39%, a taxa de analfabetismo baixou no mesmo período. Os dados exatos ficaram inviáveis, visto que na faixa de 5 a 24 anos, mais que dobrou a população e as matrículas no ensino primário aumentaram quatro vezes mais, gerando uma busca maciça por alfabetização que compreendeu o período de 1940 a 1970.

A constituição de 1946 deu início aos direitos básicos para assegurar que a liberdade de pensamento e o mínimo de verbas garantidas por lei para que a educação fosse de fato um direito de todos. Após a promulgação da constituição, no governo do General Eurico Gaspar Dutra (PSD), determinou a formação de uma comissão para elaborar um projeto de Leis e Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN), que iniciou em 1947, sendo enviada ao congresso para apreciação em 1948. Começou assim a segregação da LDBN, como se via na educação, essa discussão foi adiada por choque de interesses, com destaque para os esforços do ex-ministro da educação e parlamentar Eduardo Capanema a LDBN foi arquivada em 1949 (BRASIL, [20--?]).

O deputado Carlos Lacerda agiu baseado nos interesses dos proprietários de escolas particulares que viam no ensino público gratuito, uma perda de recursos para a educação privada. O manifesto dos educadores veio mais uma vez colocar a educação em evidência no cenário político, com grande repercussão na imprensa nacional. A estabilidade social estaria em perigo, pois o ideal é que a educação não deveria apenas almejar uma mudança de posição social, mas primeiro dar controle e qualidade de prestação de serviço na camada social em que o indivíduo está inserido, e assim dando estabilidade para uma mudança de posição social. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009).

Ainda segundo Ghiraldelli Júnior (2009), depois de treze anos de apreciação na Câmara dos Deputados, embates de ideais políticos, intelectuais e sociais, culminou na primeira LDB que foi aprovada sob a Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que contemplava a educação especial em seu Título X “Da Educação de Excepcionais”:

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961).

Os debates durante treze anos resultaram numa divisão de interesses, deixando a população crescente e ávida por educação com alguma esperança de progresso, mas não o que dizia o texto original. A segunda LDB foi elaborada no ponto alto da euforia da economia do ano 1970 e se transformou na lei 5.692, em agosto de 1971. A inclusão educacional é a garantia do acesso imediato e contínuo do aluno com deficiência ao espaço educacional e escolar comum, tendo a oportunidade de se desenvolver social e intelectualmente junto às crianças da classe comum.

Art. 9. Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

Mas nessa mesma constituição que garante educação para todos não cita as verbas destinadas à melhoria desse acesso.

A constituição de 1988 veio a suprir os anseios dos educadores, sociedades organizadas e comunidades educadoras que desejavam há tempos igualdade de acesso à educação aos surdos, que há décadas também lutaram por garantias para a educação de todos com igualdade. Os artigos apontam que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988).

A evolução da legislação brasileira seguiu uma tendência internacional no âmbito do reconhecimento dos direitos de igualdade de acesso à educação pelas pessoas com deficiência auditiva entre outras. Desde a promulgação da constituição de 1988, outras iniciativas do governo brasileiro reconheceram a legitimidade das declarações internacionais construídas a partir de conferências realizadas para promover a inclusão social e cultural das pessoas com necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca (Salamanca - 1994) aborda os princípios básicos, sugerindo aos países participantes dar subsídios financeiros que ofereçam segurança nas políticas e práticas que realmente a educação especial necessita. É uma resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral, a qual os Procedimentos-Padrões para a equalização de oportunidades para pessoas portadoras de deficiências são apresentados e sugerindo ações concretas a todos os países participantes, sendo considerado mundialmente um dos mais importantes documentos que asseguram a inclusão social. (BRASIL, 1994).

Reforçando o compromisso do país com a qualidade e acesso de educação a toda população brasileira, em dezembro de 1996 é publicada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que reforça o compromisso com a educação dos surdos, estendendo o atendimento educacional especializado a crianças de zero a seis anos de idade, de preferência na rede de ensino regular (Capítulo V, artigo 58). (MIRANDA, 2004).

Em complemento aos direitos dos indivíduos que estão inseridos na educação especial, é regulamentada a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, que diz:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Devem ser desenvolvidas ações pelo poder público de ensino nas esferas federal, estadual, municipal, bem como, a difusão da LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, não podendo substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

De acordo com o Decreto 5.626, as pessoas com surdez terão prioridade nos cursos de Letras: LIBRAS ou em Letras: LIBRAS Língua Portuguesa como segunda língua, direito a educação que garanta a sua formação, na sua língua materna (Língua Brasileira de Sinais) e em Língua Portuguesa, na modalidade escrita, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, dando condições em todo seu processo de desenvolvimento educativo. (BRASIL, 2005).

A lei Nº 12.319 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 1o Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2o O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010).

Os direitos garantidos por lei e os subsídios para que a educação de surdos se desenvolva, são consideradas conquistas relevantes para o pleno desenvolvimento da educação e cultura dos surdos.

4.5 A EDUCAÇÃO DE SURDOS

4.5.1 Cultura dos Surdos

Cultura surda é a maneira que o surdo entende o meio em que vive a fim de ajustá-lo a suas necessidades e às percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Essa identidade abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (COMUNIDADE). A cultura apresenta um modo de estabelecer significados e símbolos que entusiasma e direcionam ações nas quais se podem identificar e construir a identidade, aproximar é dar sentido aos significados como grupo ou como um povo. Daí pode deduzir que a identidade surda sempre está em situação de necessidade do outro surdo para se formar, se constituir, buscar signos e significados para a sua identificação. (PERLIN, 2006).

Ainda segundo Perlin (2006), a cultura se identifica com a língua, manifestações culturais (festas, lendas, cerimônias tradicionais, crenças e comidas) próprias de um povo, a língua define um povo, assim como o povo brasileiro é definido por uma língua ou idioma em comum, o português (que o distingue dos povos de todos os países com os quais o Brasil faz fronteira), a comunidade surda brasileira é definida por uma língua em comum, caminhando junto com a cultura sempre se modificando, se atualizando.

LIBRAS é uma língua viva, podendo ser acrescentados novos sinais, no entanto, os surdos só tiveram sua identidade cultural assegurada quando a LIBRAS foi definida como língua materna e a língua portuguesa como segunda língua. É uma identidade fortemente marcada pela política surda, a experiência visual determina formas de comportamento, cultura, língua, entre outras. Os sinais como herança de um grupo social que transmite sua forma de

expressão, os costumes muito presentes em suas atitudes e comportamento os diferenciam dos ouvintes e caracteriza a diferença surda (visual e não auditiva), método muito diferente dos ouvintes, eles sabem que são surdos, são diferentes e assumem a postura de pessoas surdas. (STROBEL, 2008). Tem facilidade de passar a outros surdos a cultura, e se adaptarem a identidade surda, onde impera a diferença (necessidade de intérpretes, de educação diferenciada, de língua de sinais).

As ações que visam delimitação da identidade cultural têm ganhado espaço cada dia mais. Com dificuldade em assimilar a ordem da língua falada e entendê-la, necessário se faz focar as mensagens na língua de sinais, onde a escrita obedece a estrutura da LIBRAS. Desta forma, a cultura pode se igualar sendo organizada em comunidades, associações, e/ou órgãos representativos, compartilhando entre si suas dificuldades e buscando soluções para o acesso à cultura, teatros, cinemas ou qualquer espetáculo. A presença de intérprete, tecnologias diferenciadas: legenda e sinais na TV, telefone especial, campanha luminosa, dentre outros, tornam-se exemplos de ações desenvolvidas visando igualdade de acesso a todos. (BRASIL, 2004).

A cultura centrada é uma linha de identidade unificada, tem aptidões de razão com a essência do sujeito. A identidade sociológica é um tipo de cultura que se idealiza na complexidade do mundo moderno onde o sujeito se forma entre uma gama de representações e na interação com a sociedade. Outro tipo é a identidade pós-moderna, esta cultura não é fixa, centrada, está em constante mudança, em transformação, ou seja, as identidades pós-modernas são múltiplas, isto é, contraditórias umas às outras e estão em constante construção. (PERLIN, 2006).

O crescimento e desenvolvimento da cultura surda têm sido realizados nas escolas capacitadas e as numerosas associações e clubes de surdos existentes em todo o Brasil, onde a cultura surda é transmitida e expressada sem nenhum tipo de discriminação. As instituições de desportos para surdos, organização de políticas religiosas são importante para a expansão significativa na vida social e cultural dos surdos. Noventa por cento das pessoas surdas nascem em meio familiar de ouvintes e noventa por cento dos casais surdos têm filhos ouvintes. Esses dados mostram o papel vital desempenhado pelas escolas especializadas no ensino de crianças surdas, transmissão da língua e

cultura dos surdos desempenhando um papel de extrema importância do ensino precoce da LIBRAS para as crianças que devem ser inseridas na comunidade surda o mais cedo possível. (PINTO, [20--?]).

4.5.2 Métodos Usados no Ensino de Surdos

Na história da educação, os surdos foram considerados “inferiores”. Quando se deu início a pesquisas e experimentos das diferentes metodologias e formas adaptadas de ensino aos indivíduos surdos, não havia uma metodologia que atendesse a todos num grau de eficácia. Surgindo então, vários modelos na educação dos surdos (oralismo, comunicação total, bilingüismo). Mesmo havendo estudos relevantes para esta educação, deparou-se com um problema na educação desses indivíduos, onde os professores eram sempre ouvintes e, mesmo interessados neste tipo de educação, não possuem conhecimento e entendimento da cultura e peculiaridades dos surdos. (EADCON, 2010).

O oralismo tem a concepção educacional que se enquadra no modelo clínico, onde propõe que os surdos deveriam se reabilitar, se integrar na comunidade de ouvintes e voltar a falar renegando a sua cultura, reabilitando-se em direção à “normalidade” exigida pela sociedade, caso contrário, seriam excluídos da sociedade. E com isso, persistiu a aplicação de inúmeros métodos oralistas, estrangeiros, buscando estratégias de ensino que poderiam fazer os sujeitos surdos falar e ouvir, angariando enormes verbas para a aquisição de equipamentos que potencializassem os restos auditivos dos surdos, deixando assim, o papel de educadores, invertendo-os com projetos de formação de professores leigos que fazendo o papel de fonoaudiólogos, construíam uma falsa proposta educacional direcionada somente à reabilitação de fala aos surdos. (PERLIN, 2006).

A comunicação total surgiu após o fracasso do oralismo puro que atrasou em quase cem anos o desenvolvimento da educação dos surdos, reconhecendo que a língua de sinais apresentava características e estrutura semelhantes às línguas orais, chegando ao consenso de que o uso dos dois métodos de ensino era mais eficaz que apenas o uso individual. Nessa nova

descoberta, pesquisas sobre a língua de sinais ganharam força e, na década de 1970, foi criada a abordagem em comunicação total. O uso dos sinais associados com a língua oral, o uso de articulações na comunicação educacional, essa proposta, que iniciou nessa época, apresentou-se como a forma mais adequada para o ensino de crianças surdas. Considerando que a língua de sinais é a primeira língua e o ensino da segunda língua que é o português, ensinado na modalidade escrita ou oral, derrubou a maior barreira da educação de surdos que é a comunicação entre os surdos e os ouvintes. Outro fator significativo dessa abordagem é o contato do surdo com os sinais, que antes era proibido pelo oralismo. (LIMA, 2004).

O bilingüismo é uma nova proposta de ensino que tem sido usada por algumas escolas que utilizam duas línguas no contexto escolar. Os resultados dessa modalidade tem se mostrado mais positivos para o ensino de crianças surdas, considerando a língua de sinais como primeira língua e o português como segunda língua que pode ser usada na modalidade escrita ou oral. (EADCON, 2010).

O termo bilingüismo na educação dos surdos deveria aludir à sua acepção pedagógica, isto é, à idéia de educação bilíngüe, ao direito dos sujeitos que possuem uma língua minoritária de serem educados nessa língua. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fez uma recomendação em 1954 onde afirma que é um axioma afirmar que a língua materna — língua natural — constitui a forma ideal para ensinar uma criança. Obrigar um grupo a utilizar uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, se segregasse cada vez mais da vida nacional. A educação para surdos e a educação bilíngüe é um ponto de partida e uma condição sociolingüística dos próprios surdos, talvez o melhor caminho conhecido até hoje na história da educação de surdos. (SKLIAR, 1998).

Nesse contexto, a língua de sinais que foi banida pelo congresso de professores surdos de Milão, tem agora seu devido valor na educação de surdos. Ressalta-se nesse contexto, a participação dos surdos no desenvolvimento de políticas e métodos de ensino, que o tem grande relevância para o sucesso dessas iniciativas. A língua de sinais se tornou conhecida como método de ensino para surdos com Juan Pablo Bonet (1579-

1629), sendo o primeiro a publicar um livro que faz menção ao ensino de surdos por meio da língua de sinais, sendo reconhecida posteriormente por Charles-Michel de L Epée, que desenvolvia a base comunicativa nos sinais envolvendo um método próprio de comunicação entre os surdos. (GARCIA, 2009).

Os métodos de ensino de surdos ao longo da história foram definidos por ouvintes, daí a demora em reconhecer a língua de sinais como sendo o melhor meio de comunicação e método de ensino para surdos. O Brasil tem se empenhado em ofertar meios de inserir e garantir o desenvolvimento dos surdos no contexto social e cultural. Sendo que a língua brasileira de sinais foi a primeira a ser regulamentada no mundo, mesmo tendo aproximadamente 79 países que já reconheceram os sinais como linguagem. (FELIPE, 2006). Esse esforço tem se concentrado em leis que amparam o desenvolvimento pleno dos surdos e dão segurança aos profissionais que trabalham com educação inclusiva, sendo necessário ainda muito investimento, mas o país está trabalhando por uma educação que seja de qualidade e que venha de encontro aos anseios de toda a população. Dentro dessa pesquisa não se encontrou nenhuma menção ou tentativa de utilização de métodos para o ensino da disciplina de química ao longo da história da educação de surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a história da educação de surdos, descobriu-se que o sistema de educação para surdos tem que percorrer um longo caminho para se igualar ao sistema de educação convencional. Se a educação pública dedicada aos alunos considerados “normais” encontra-se abaixo do padrão estabelecido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é a nota 6,0 (seis), a educação especial dedicada aos surdos encontra-se ainda mais deficitária.

Este trabalho mostra que na história da educação não há informação sobre a construção de um método específico para ensinar as disciplinas consideradas de difícil compreensão para os alunos surdos, e assim, garantir a qualidade da sua formação no ensino médio.

A história apresenta a evolução da educação de surdos até os dias atuais, porém, acredita-se que a adoção de políticas públicas voltadas para a educação é o melhor caminho para transformar a realidade dos surdos e dar qualidade de vida a essas pessoas. Considera-se que, não apenas novas ações, mas pesquisas que também ofereçam aos surdos a verdadeira inclusão social e garantias de melhor qualidade na vida dessas pessoas.

As ações do poder público tem caminhado para o desenvolvimento da cultura e inclusão dos surdos na sociedade, mesmo que essas se apresentem com certa timidez, visto que os surdos foram discriminados e marginalizados durante a história da educação as conquistas tem se mostrado de grande relevância no desenvolvimento pleno com igualdade de oportunidades para todos.

Esse esforço tem se concentrado em leis que amparam o desenvolvimento pleno dos surdos e dão segurança aos profissionais que trabalham com educação inclusiva, sendo necessário ainda muito investimento,

mas o país está trabalhando por uma educação que seja de qualidade e que venha de encontro aos anseios de toda a população. Dentro dessa pesquisa não se encontrou nenhuma menção ou tentativa de utilização de métodos para o ensino da disciplina de química ao longo da história da educação de surdos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.384p.

Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF). Cultura Surda. Disponível em: <http://www.asgfsurdos.org.br/?page_id=17> Acesso em: 22 de Junho de 2011.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa, 1988 - **Educação Especial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

BRASIL. Lei nº 8069/90 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. UNESCO. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **História**. [20--?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171> Acesso em: 27 de Maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&msg=1&i=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

COMUNIDADE e Cultura Surda do Brasil. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade1/comunidade_culturasurda.htm> Acesso em: 27 de Maio de 2011.

EADCON. Pedagogia. Fundação Universidade do **Tocantins**. EADCON-2010. Disponível em: <http://www.eadcon.com.br/Eadcon/download/Apostilas2010_02/UTLivro_PED_AG_8oP_v2.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

FELIPE, Tanya A. Brasil regulamenta Libras. **Revista da FENEIS** . ano VI, n. 27 Janeiro a Março de 2006. Disponível em: <<http://www.feneismg.org.br/revistas/RevFeneis27.pdf>> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

GARBE, Mariza. **O ACESSO À EDUCAÇÃO: A SITUAÇÃO DOS SURDOS**. TCC (Monografia) 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/o_acesso_a_educacao_a_situacao_dos_surdos.pdf> Acesso em: 05 de Julho de 2011.

GARCIA, Cristiane; BARTOLO, Vanessa; FONTOURA, Simone. **Curso Semipresencial de Libras: Língua Brasileira de Sinais- Manaus: Jobast Produções Cinematográficas LTDA. 2009. p.150.**

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.272p.

GONÇALVES, Jorge; PEIXOTO, Maria Alexandra. **O menino selvagem** Estudo do caso de uma criança selvagem retratado no filme "O menino selvagem" de François Truffaut. Disponível em: <www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/.../meninoselvagem.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

ISAAC, Myriam L.; MANFREDI, Alessandra K S. **Diagnostico precoce da surdez na infância**. Medicina (Ribeirão Preto) 2005. Disponível em:

<http://www.fmrp.usp.br/revista/2005/vol38n3e4/2a_diagnostico_precoce_surdez_na_infancia.pdf>. Acesso em: 27 de Maio de 2011.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **Acesso e permanência no Ensino Superior: perspectivas de democratização.** Disponível em: <www.isapg.com.br/2011/ctiepg/download.php?id=49> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=17&ved=0CEcQFjAGOAo&url=http%3A%2F%2Fwww.sj.cefetsc.edu.br%2F~nepes%2Fdocs%2Fmediateca_artigos%2Fhistoria_educacao_surdos%2Ftexto29.pdf&rct=j&q=o%20inicio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20surdos&ei=T4sTTvaHlqfv0gG-toyHDg&usg=AFQjCNES0F26MZNIWuA-FZ60_SfRabv2w&cad=rja> Acesso em: 07 de Junho de 2011.

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito.** Ano, 2004. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao_Especial_Inclusiva/Fundamentos_e_praticas_de_ensino_para_pessoas_com_necessidades_educativas_especiais/tese%20lima.pdf> Acesso em: 27 de Maio de 2011.

MINOZZI JÚNIOR, Essio. **A educação brasileira na era Vargas: as reformas e os grupos escolares paulistanos.** Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_IV_coloquio/COMUNICA%C3%87%C3%83O%2017.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. AAB Miranda - **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, 2004 - histedbr.fae.unicamp.br. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/1880/1564>> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

OLIVEIRA, Pedro; CASTRO, Fernanda; CASTRO, Almeida. Surdez Infantil. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** v.68, n.3 São Paulo May 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992002000300019> Acesso em: 17 de Junho de 2011.

PAROLIN, Isabel. **Aprendendo a Incluir e Incluindo para Aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.237p.

PERLIN, Gladis; STROBEL Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão/UFSC. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/fundamentos/Fundamentos%20da%20Educa%E7%E3o%20de%20Surdos_Texto-Base.pdf>. Acesso em: 07 de Maio de 2011.

PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. **Identidade Cultural Surda na Diversidade Brasileira.** Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/paginas/revista/debate3.htm>> Acesso em: 27 de Maio de 2011.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (organizadoras). **Estudos Surdos II.** Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007. 267 p.

ROCHA, Solange. **O INES e a educação de surdos no Brasil.** Surdos-Educação-Periodicos. I. Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil). II Aspectos da Trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu Percurso de 150 Anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.279p.

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Econ. Apl. vol.13 no.1 Ribeirão Preto Jan. / Mar. 2009.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502009000100003&lng=pt&nrm=1&tlng=pt> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil.** Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/1desafios.pdf>> Acesso em: 07 de Maio de 2011.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez um olhar sobre as diferenças**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.192p.

SKLIAR, Carlos. Bilingüismo e Biculturalismo. Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação** Mai/Jun/Jul/Ago 1998 n.º 8. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_06_CARLOS_SKLIAR.pdf> Acesso em: 20 de Junho de 2011.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis-SC. ed. Da UFSC. 2008.118p.